

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**ALAN PATRICK CASTRO GOMES**

MATRÍCULA: 204930

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**ALEXSANDRO FERREIRA CORRÊA**

MATRÍCULA: 204454

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**ALINE NARUMI MIZUTA KISHITA**

MATRÍCULA: 203471

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**ANA MARIA ZILIO**

MATRÍCULA: 182002

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**ANDREA DO AMARAL PERARO**

MATRÍCULA: 189932

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**ANDREA PINNA MENEZES**

MATRÍCULA: 205159

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**ANTÔNIO CARLOS SEIKI KISHITA**

MATRÍCULA: 203472

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

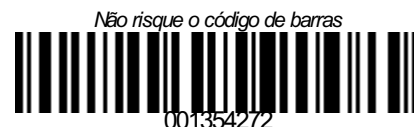
# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**CEZAR TOSHIKI NAKASE**

MATRÍCULA: 203792

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**CHARLES JOSE CREPALDE**

MATRÍCULA: 204920

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

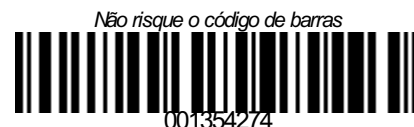
# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**CRISTINA NAOMI TAODA YOSHIZAWA**

MATRÍCULA: 194688

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**DANIELA HASHISH PINHEIRO**

MATRÍCULA: 166582

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**DANIELE OKADA FINATTO**

MATRÍCULA: 204927

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**DIEGO PRIETO FERNANDEZ**

MATRÍCULA: 205158

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**DIOGO DOS SANTOS ROBLEDO**

MATRÍCULA: 203467

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**DOUGLAS RICARDO OLIVEIRA DA SILVA**

MATRÍCULA: 194380

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**EDERSON COUTO DOS SANTOS**

MATRÍCULA: 161682

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**EDNA LUCAS MALAFAIA LEITE**

MATRÍCULA: 194765

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**EDUARDO MONTEIRO DE ALMEIDA**

MATRÍCULA: 194253

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**ELAINE THOMPSON MANARA**

MATRÍCULA: 161687

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**EMERSON LOPES FERREIRA**

MATRÍCULA: 189029

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**EVANGELINE DE MATOS**

MATRÍCULA: 204505

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**FLAVIA ABRAO ASSAM**

MATRÍCULA: 206311

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**GISELE THAIS OKAMOTO**

MATRÍCULA: 204933

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**GRAZIELE PEDROSA**

MATRÍCULA: 193761

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**HERIKA STEFANI SAUER**

MATRÍCULA: 196943

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**JADER SEGALLA SCARELLI**

MATRÍCULA: 203920

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Não risque o código de barras



001354291

**JARDEL BATISTA DE SOUZA**

MATRÍCULA: 207249

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**JOSÉ ANDRÉ DA SILVA**

MATRÍCULA: 194141

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**KARINA ANGELOTTI SILVERIO**

MATRÍCULA: 194859

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**KASSIA BEZERRA MONTENEGRO**

MATRÍCULA: 161684

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**LAÍZA MELO DOS SANTOS**

MATRÍCULA: 203766

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**LEANDRO CARLOS TAVARES**

MATRÍCULA: 194448

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**LEANDRO PEREIRA DOS SANTOS**

MATRÍCULA: 203787

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**LEONARDO RAFAEL CAIXETA DE OLIVEIRA**

MATRÍCULA: 166646

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**LETÍCIA GOMES DE SOUZA CAMPOS**

MATRÍCULA: 162839

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**LUCIANA MAGDA ALENCAR**

MATRÍCULA: 178559

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**MARCELO ORDONO DO NASCIMENTO PADREDI**

MATRÍCULA: 196204

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**NATHALIA GARCIA LEAL WATANAVE**

MATRÍCULA: 196741

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**PAULA DE BARROS COKKINOS KEPPLER SILVA**

MATRÍCULA: 208878

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**PAULA SANDOVAL FERREIRA FERRO**

MATRÍCULA: 204495

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**PRISCILA APARECIDA DE SOUZA**

MATRÍCULA: 161730

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**PRISCILA RODRIGUES BERTELLI**

MATRÍCULA: 194072

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**RANNI GABRIELE DE CARLOS PEREIRA**

MATRÍCULA: 204928

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**RENATA ROMANO ALEIXO**

MATRÍCULA: 187851

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**RODRIGO GONÇALVES DE FREITAS**

MATRÍCULA: 178552

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**SILVIA DO PRADO AMOROSINO**

MATRÍCULA: 203960

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_



**SUZANA YUKIE OMINE KASAHARA**

MATRÍCULA: 204943

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.

# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**THAIS GONÇALVES BARBOSA FESCINA**

MATRÍCULA: 194369

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.



# Contabilidade Gerencial

+Administração e Finanças(2)

Módulo: 4 - 1a. chamada

TELESSALA: SÃO PAULO/SP (BANCO DO BRASIL SÃO PAULO SP-PALOMA NOVAES SÁ)

DATA: \_\_/\_\_/\_\_



**VALÉRIA DA SILVA FRANCO**

MATRÍCULA: 185520

ASSINATURA: (Conforme RG)

TRANSCREVA SUAS RESPOSTAS PARA O GABARITO ABAIXO.

O gabarito deve ser marcado com caneta azul ou preta e não pode conter rasura nem corretivo

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

- Com a evolução da ciência contábil, ao longo do tempo foram surgindo situações no dia a dia de sua prática que se fizeram necessárias à introdução de regras técnicas, que foram denominadas:
  - Normas Fundamentais da Contabilidade.
  - Normas Brasileiras de Contabilidade.
  - Princípios Fundamentais de Contabilidade.
  - Pronunciamentos Fundamentais de Contabilidade.
- Em relação ao Princípio da Prudência (CFC 1.282/2010, Art. 10º), admite-se que há momentos na vida de uma entidade em que certos valores são incertos, tanto para entradas quanto para saídas. Isso não significa que não serão registrados, porém a cautela nos orienta a admitir:
  - Supervalorização em relação ao ativo.
  - Subvalorização em relação ao passivo.
  - Lançar ativo e passivo com valores semelhantes.
  - Valores subestimados para as futuras e incertas receitas e lançar de forma superestimada os valores futuros e imprecisos dos passivos.
- O plano de contas do setor público é mais complexo do que o do setor privado. Devemos lembrar que estamos tratando de itens sensíveis como:
  - O patrimônio público.
  - A expectativa do eleitor.
  - A redução da pobreza.
  - A manutenção dos cargos públicos.
- Em relação ao termo “decreto”, pode-se afirmar que detalha os pormenores para a fiel execução da Lei. Nesse sentido, é um ato administrativo de competência do:
  - Ministério da Educação.
  - Chefe do poder executivo.
  - Poder Judiciário.
  - Ministério Público.
- Os chamados instrumentos de planejamento são constituídos por meio de Leis ordinárias e sua votação é realizada por maioria simples. O orçamento anual é o mais antigo dos três e é chamado de:
  - Lei de Receitas e Despesas Anual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei Financeira Anual.
  - Lei Contábil Anual.
- O Plano Plurianual (PPA) é o planejamento completo para quatro anos; é o todo que será dividido em partes. Nele estão contidas as diretrizes e metas da gestão pública e podem-se apontar duas características interessantes: ele é um plano de médio prazo e o gestor sabe o que será atingido, onde e como até o encerramento do último exercício fiscal; além disso, este planejamento é:

- a. Resumido.
  - b. Burocrático.
  - c. Analítico.
  - d. Estratégico.
7. A primeira fase da despesa, na execução orçamentária, é o seu empenho, que cria obrigação de pagamento pela emissão da nota de empenho. Pode-se afirmar que é um ato:
- a. Administrativo.
  - b. Legal.
  - c. Estratégico.
  - d. Governamental
8. Pode-se dizer que o subsistema patrimonial é aquele que registra as mutações nas contas do patrimônio da entidade. O patrimônio é constituído dos bens, direitos e obrigações do ente, sendo dividido em:
- a. Patrimônio de curto e de longo prazo.
  - b. Ativo circulante e ativo não circulante.
  - c. Ativo realizável e irrealizável.
  - d. Ativo antecipado e circulante.
9. Com relação ao material didático, aponta-se que, a partir da promulgação da Resolução CFC 1.129/2008, de 25/11/2008, os subsistemas financeiro e patrimonial foram incorporados e foi criado o subsistema de:
- a. Dotação.
  - b. Custos.
  - c. Comunicação.
  - d. Empenhos.
10. Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pode-se associá-lo ao impacto das variações patrimoniais resultante da execução orçamentária, receitas arrecadadas e:
- a. Despesas previstas e fixadas.
  - b. Despesas empenhadas e postergadas.
  - c. Despesas previstas e postergadas.
  - d. Despesas empenhadas e pagas.